

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 01 A 07 DE DEZEMBRO DE 1981
Nº 173 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TRABALHADORES URBANOS

TRABALHADORES VÃO A FIGUEIREDO

Acompanhados pelo Ministro do Trabalho, representantes de 22 federações de trabalhadores de São Paulo estiveram ontem com o Presidente João Figueiredo, a quem pediram a manutenção da semestralidade dos aumentos salariais. Em documento de 34 páginas, que deixaram no Palácio do Planalto, os trabalhadores reivindicam, além da preservação da lei salarial, o saneamento das finanças da Previdência Social, alterações no Sistema Financeiro de Habitação e no PIS e uma política mais efetiva contra o desemprego. De acordo com os presidentes das federações, que representam 15 milhões de trabalhadores de São Paulo, o Presidente Figueiredo prometeu estudar o documento, mas argumentou que as dificuldades enfrentadas por seu Governo na defesa dos interesses dos trabalhadores estão relacionadas com "dificuldades maiores do país, como a inflação e o lançamento de pagamentos". No documento entregue ao Presidente, os representantes dos trabalhadores afirmam que "a angústia reinante amplia-se mais pela triste certeza de que as medidas adotadas para a quase totalidade da população, apesar dos inúmeros e sucessivos fracassos, continuam a ser estabelecidas por grupos de técnicos sem a mínima sensibilidade para o complexo fenômeno sociológico brasileiro, fato que não lhes dá condições de analisar satisfatoriamente todas as suas peculiaridades, gerando profundas distorções, face às desastrosas consequências dos atos praticados". (JB - 04/12/81)

SOLO URBANO SERÁ DISCUTIDO EM ITAICI

A CNEB vai aproveitar como subsídio para a próxima assembléia geral dos bispos, marcada para Itaici em fevereiro, um documento elaborado por advogados da Comissão Justiça e Paz sobre a utilização do solo urbano que será o tema central da reunião do episcopado brasileiro. O documento, discutido em Recife, recomenda a aplicação da lei do usucapião em áreas urbanas, observando as seguintes condições: prazo de ocupação de cinco anos; moradia permanente do usucapiante; ação de usucapião com rito sumaríssimo e poderá ser proposta por associação de moradores. Segundo o padre David Reagan, que participou da reunião em Pernambuco, os advogados deixaram claro que a questão do solo urbano não está isolada do conjunto das outras questões enfrentadas pela sociedade brasileira. "Isto quer dizer que a superação do problema do solo urbano e da moradia para as comunidades carentes só se dá com a superação de todo o quadro de desigualdades e injustiças que caracteriza o País hoje, e com a real democratização de toda a sociedade." A comissão quer ainda o controle do crescimento urbano através de um planejamento com participação popular. "Para isso - acentua o documento - é necessário o desenvolvimento de novas estruturas de consulta e decisão que ponham em contato para debates, as comunidades, especialmente as mais carentes, com o governo." (ESP - 05/12/81)

TRABALHADORES RURAIS

2000 GARIMPEIROS PERDEM E SERÃO DESPEJADOS

Os dois mil garimpeiros que exploram há mais de um ano a área denominada

~~da Margem Direita do rio Cantão, nos municípios de Arenópolis e Nortelândia, terão de deixar ainda esta semana o local, segundo decidiu ontem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Por quatro votos a dois, o tribunal revogou liminar concedida pelo desembargador Onésimo Nunes Rocha, que assegurava aos garimpeiros o direito de permanecer provisoriamente na área. Com a decisão, a empresa de mineração Promisa, subsidiária da multinacional Brascam, passa a ser reconhecida como legítima proprietária do local. Sebastião de Oliveira, que trabalhou na defesa dos garimpeiros, considerou lamentável a decisão do tribunal, já que a área está dentro de faixa de segurança nacional e, por essa razão, não pode ser explorada legalmente por empresa estrangeira. Ele também disse que a Promisa não tem autorização do Ministério de Minas e Energia e do Conselho de Segurança Nacional, estando, portanto, atuando fora da lei. Logo após do julgamento, deputados estaduais manifestaram preocupação com a violência que a decisão do Tribunal de Justiça provavelmente desencadeará na área, bem como o colapso total nas economias das cidades de Nortelândia e Arenópolis. (ESP - 04/12/81)~~

LAVRADORES VÃO LUTAR POR SALÁRIO

Cerca de 42 sindicatos da Zona da Mata de Pernambuco - onde se concentra a agroindústria açucareira do Estado - reúnem hoje seus delegados para definir a campanha de mobilização contra o fim da unificação salarial da área, pois a Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape) admitiu ontem que 200 mil lavradores serão prejudicados com a medida. A iniciativa - que havia sido ratificada durante o dissídio coletivo de outubro, pelo TRT - foi considerada de efeito suspensivo pela presidência do TST. Caso esta decisão seja ratificada durante o julgamento do recurso impetrado pelos usineiros, 200 mil lavradores de 38 cidades pernambucanas receberão Cr\$ 11 mil 754,48 contra Cr\$ 12 mil 852,72 de quatro municípios localizados na área metropolitana. Este salário havia sido estabelecido para todos os trabalhadores rurais da Zona da Mata. Segunda-feira irá um grupo de oito líderes sindicais a Brasília, onde terão audiência com autoridades do TST e com o Ministro do Trabalho, para pedir que a determinação seja reconsiderada. Hoje começou a circular abaixo-assinado na Zona da Mata, que, segundo Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco - será encaminhado a Brasília no "momento oportuno". (JB - 06/12/81)

REPRESENTANTE DO POVO CONTRA O POVO

O veto presidencial à extensão do usucapião especial às terras particulares foi defendido ontem pela Federação de Agricultura de Minas - Faemg -, em telex enviado ao presidente João Figueiredo. Para o presidente da entidade, deputado federal Edilson Lamartine Mendes, sua aprovação estabelecerá o caos fundiário no País, "porque fere o princípio do direito de propriedade, pedra angular do regime capitalista brasileiro". Por sua vez, o deputado Sérgio Cardoso de Almeida (PDS-SP) entregará hoje ao presidente da República, em Brasília, um memorial contendo dezenas de assinaturas de deputados e senadores, também pedindo para que seja vetado o usucapião especial destinado às terras particulares. Até ontem, ele tinha conseguido 35 assinaturas. Lamartine acrescentou que "a Igreja tem sido, tradicionalmente, conciliadora, e estará de espírito desarmado para estudar a problemática rural, sem acusações e retaliações". E pretende que também a Contag participe deste amplo diálogo que está propondo. (ESP - 02/12/81)

14 MIL POSSEIROS AMEAÇADOS, DENUNCIA BISPO DO PARÁ

Catorze mil posseiros estão ameaçados de expulsão na Diocese de Braga. 2.

sa, Para, segundo informação do bispo diocesano dom Miguel Maria Giambellim, contida em carta pastoral divulgada naquele município. No documento, dom Miguel analisa os conflitos de terra na região, acusando "aventureiros, conhecidos vulgarmente como grileiros, que se especializam em compra e venda de terras; conseguem, com propinas, corromper funcionários públicos e, desta forma, arranjam títulos de propriedades de vastíssimas extensões de terras, onde estão morando, há anos, dezenas, centenas e até milhares de famílias. São exatamente esses grandes latifúndios improdutivos que provocam tão numerosos e lastimáveis conflitos de terras". diz o bispo de Bragança que exalta o ESTATUTO DA TERRA como legislação. "Mas tanto o Estatuto como os decretos, portarias e instruções que se seguiram, foram sufocados no berço pela mentalidade capitalista, que dá todo seu apoio a mirabolantes projetos agropecuários, que nada mais são do que uma máscara enganadora, para dar a chance a pessoas inescrupulosas de depredar nossa floresta amazônica, ou conseguir realizar escandalosas especulações imobiliárias", completa. (FSP - 03/12/81)

MOVIMENTOS SOCIAIS EM SP: MIGRAÇÕES, DESEMPREGO, MENDICÂNCIA

O número de mendigos está aumentando de maneira preocupante em São José do Rio Preto. A maioria - cerca de 60% - são migrantes rurais, procedentes de Minas Gerais e do Paraná. A informação é da Fundação Rio-Pretense de Assistência Social (Fras), que atende diariamente a cerca de 40 pessoas nessas condições. Esses carentes são vítimas do desemprego que cresce nas áreas rurais de São Paulo, Minas e Paraná. Muitos trabalhavam em fazendas que erradicaram culturas de café, diante da instabilidade dos preços finais do produto. Outros foram expulsos pelo avanço da cana-de-açúcar, cultura mecanizada. Com isso, Rio Preto e outras cidades passaram a enfrentar em maior escala o problema da mendicância que, de acordo com as autoridades municipais, não é encarada de maneira efetiva. "Forma-se um círculo vicioso, em que o mendigo ou migrante é mandado de uma cidade para outra, sem conseguir o emprego de que precisa", afirma o presidente da Fras, Edson Pupin. Recentemente, ele propôs a construção de um albergue rural em Rio Preto, como "indispensável para a solução do problema". A mendicância deverá aumentar nos próximos meses, com a corrente dos desempregados em outros Estados. (FSP - 01/12/81)

SECA ATINGE QUASE TODO O NORDESTE

No final do terceiro ano consecutivo sem chuva, a seca já atinge 1 milhão 449 mil km² do Nordeste, o que representa 1 mil 85 municípios, com 13 milhões 500 mil habitantes, dos quais 6 milhões moram na zona rural. Na região, apenas 200 mil km² não estão em estado de emergência, já que a estiagem se estende até a pré-Amazônia maranhense. Não há nenhum indício de que venha a chover na região, embora já tenha começado o período de inverno. A estiagem já ultrapassou os limites do Polígono das Secas - 900 mil km² - se aproximando das zonas úmidas. A Sudene dá assistência a 1 milhão 40 mil pessoas, aproximadamente 8% dos habitantes da área seca. Segundo os critérios adotados pela autarquia, em cada família com cinco filhos podem se alistar nas frentes de trabalho o chefe e um dos filhos. A água para consumo está sendo distribuída em diversos municípios por 1 mil 300 caminhões-pipa. (JB - 04/12/81)

FURTAVAM EM ÁREA INDÍGENA

O vice-prefeito do município gaúcho de Redentora, Enélio Cossetin, o irmão do prefeito, Eugênio Roewer, e o madeireiro Sabino Dalberto foram autuados em flagrante e presos por agentes da delegacia de Polícia Federal em Santo Ângelo, quando retiravam madeira clandestinamente da reserva indígena da Guarita, a maior em área e número de índios do Rio Grande do Sul. O desmatamento clandestino é feito há anos nessa área e, embora seja considerado muito grande, o delegado da Funai em Porto Alegre, não soube informar ontem o que foi retirado efetivamente de madeira até o momento. O delegado da Polícia Federal em Santo Ângelo, Sérgio Antônio Schneider, informou ontem que, além da prisão dos três homens, foi apreendido um caminhão com todo o seu carregamento. Mas como os 10 agentes enviados para a área ainda não haviam retornado à cidade até o final da tarde, não soube precisar o volume de madeira que seria levado da reserva por Eugênio, Enélio e Sabino. Depois de autuados em flagrante, os três foram enviados ao presídio municipal de Três Passos, onde ficarão à disposição da Justiça. (ESP - 05/12/81)

NHAMBIQUARAS GETÊM A TERRA

Uma área de 330.580 hectares na região do Vale do Guaporé, Mato Grosso, foi declarada ontem pela Funai, como de posse permanente do grupo indígena nhamiquara, há dez anos transferido dessas terras pela própria Funai. Os índios foram para uma reserva criada para o grupo, enquanto a área que habitavam era liberada para a instalação de 16 empresas agropecuárias. Os índios, no entanto, não se adaptaram à nova reserva e voltaram à terra primitiva no Vale do Guaporé, que a Funai reconheceu, agora, como indígena. As áreas reconhecidas como posse dos índios são as seguintes: Sararé, de 68 mil hectares, onde vivem os Catitauru; Pirineus de Souza, onde vivem os subgrupos sabane, taende, taende manduca e coglore, e a do Vale do Guaporé, com 243 mil hectares. A região habitada pelos nhamiquara será cortada, futuramente, pela rodovia BR-364 Cuiabá-Porto Velho. (ESP - 04/12/81)

VITÓRIA PARCIAL DOS CRENAQUES: TERRAS

O Tribunal de Alçada de Minas concedeu, ontem, liminar à Funai no mandado de segurança contra a decisão do Juiz de Resplendor, Leovigildo da Silva Júnior, que havia determinado, em setembro, a retirada de 55 remanescentes dos índios crenaques das terras por eles ocupadas às margens do rio Doce, cuja posse é reivindicada pelo fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda. Os índios receberam a notícia com euforia já que, de acordo com o cacique José Alfredo, "este é o único local que temos para plantar, criar nossos filhos e viver; se tivéssemos que sair daqui, seria o fim". Em 1973, os Crenaques foram obrigados, pela Funai, a abandonar o local, sendo transferidos para a Fazenda Guarani, em Carmesia. Em maio do ano passado, voltaram ocupando 13 alqueires. Mais tarde, foram acusados de invadir terras do fazendeiro Balbino Lacerda, que entrou com o pedido de reintegração de posse na Justiça de Resplendor. Em setembro, o Juiz de Resplendor concedeu a liminar ao fazendeiro, determinando a retirada dos Crenaques (24 adultos e 31 crianças). Mas os índios se recusaram a abandonar a área. A Delegacia Regional da Funai apresentou mandado de segurança ao Tribunal Federal de Recursos, para impedir o cumprimento da liminar de reintegração de posse. (JB - 06/12/81)

Pela primeira vez em sua história, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vai promover uma Semana do Índio. Até o momento ela era feita pela Funai, a nível oficial, e pelas entidades alternativas de apoio ao índio, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), comissões pró-índios e outras. O tema escolhido pela CNBB para a Semana do Índio, em abril de 82, é "Paz e terra para os povos indígenas". A decisão de promover a campanha foi tomada pelo Conselho Permanente da CNBB, informou ontem o secretário geral do Cimi padre Paulo Suess. A decisão já foi comunicada ao presidente da Funai, pelo secretário geral da CNBB. A campanha a ser promovida pela CNBB atingirá todas as paróquias do País, mesmo nos Estados onde não há índios (Ceará e Piauí). Segundo o secretário do Cimi, essa campanha tem como principal objetivo "conscientizar a população para que se eliminem os preconceitos raciais existentes, principalmente nas cidades mais próximas às comunidades indígenas". (FSP - 01/12/81)

ATAQUE DE ÍNDIOS ARREDIOS NO ACRE

O índio Minango, integrante do grupo campá que habita as cabeceiras do rio Envira, na fronteira do Acre com o Peru, foi atacado por índios arredios nas proximidades de sua aldeia e atingido por vários tiros de espingarda e rifle. Segundo ele, estes índios - que ele chama de "brabos" - vinham rondando a aldeia há vários dias e chegaram a ser vistos por seu pai, Txompe, que resolveu caçá-los. Segundo ele, este tipo de ataque tem sido frequente na região. Os índios "brabos" roubam rifles e espingardas dos seringueiros e dos próprios campas, para garantir a caça dos animais, e passam a atacar outras aldeias. Ele não sabe direito quem são estes índios, mas acredita que pertençam a uma tribo ainda não identificada e que "mora com o macaco capelão, escondidos na mata, por onde circulam sem roupa". Mas não se ali têm sido notada a presença de índios arredios. No Alto Tarauacá, os seringueiros já foram atacados muitas vezes e dizem tratar-se dos índios caxinauas, que vivem em bando pelas matas depois que abandonaram os seringais. Eles atacam procurando alimentos, porque a caça está ficando escassa na região com a chegada de caçadores brancos, que utilizam cachorros e armadilhas. (ESP - 02/12/81)

MOVIMENTOS POPULARES

DEPOIS DOS PROFESSORES, GREVE DOS FUNCIONÁRIOS DA UFMG

Os funcionários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) paralisaram ontem todas as atividades administrativas e burocráticas da instituição para pressionar o Congresso a aprovar hoje, em Brasília, a emenda que estende os reajustes semestrais ao funcionalismo público. Os 4 mil funcionários só retornam às atividades amanhã. No Hospital das Clínicas, o único de Belo Horizonte voltado exclusivamente para os indígenas, os servidores paralisaram também todos os serviços, exceto aqueles que poderiam colocar em risco a vida dos 450 pacientes internados. A cozinha do hospital funcionou normalmente. Somente na escola de Direito, onde os professores não aderiram à greve nacional, os funcionários trabalharam normalmente. Em algumas escolas, a paralisação chegou a impedir as aulas, porque os funcionários não compareceram para abrir as salas. As secretarias de ensino da Universidade também ficaram fechadas, bem como a cooperativa que abastece a comunidade acadêmica. (FSP - 02/12/81)

PROTESTO CONTRA O "PACOTÃO" ELEITORAL

Gritando slogans como "Queremos urnas livres ou paramos o Brasil", ou "Abaixo o pacotão, Queremos eleição", cerca de 1 mil 500 pessoas, empunhando faixas e cartazes, realizaram ontem, em Florianópolis, uma passeata de protesto contra o novo pacote eleitoral do Governo. Ao contrário do que previam os organizadores - os Partidos de oposição e 10 sindicatos e associações de classe - não houve repressão policial e o ato transcorreu normalmente, mesmo quando os manifestantes interromperam por 10 minutos o trânsito na Praça XV de Novembro no Centro da cidade. A passeata começou às 17 horas e durou pouco mais de uma hora. (JB - 03/12/81)

OPERÁRIOS DA COFERRAZ DEVERÃO ENTRAR EM GREVE

Operários da Coferraz de Santo André decidiram, na tarde de domingo, após assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos, deflagrar uma greve no próximo dia 8. A deliberação foi tomada em votação secreta, por 284 trabalhadores, dos quais 280 votaram favoravelmente à paralisação. Um votou contra, houve um voto anulado e dois operários votaram em branco. A Coferraz, que emprega em Santo André 1.390 operários, procurando evitar o pagamento do reajuste salarial de outubro (40,04%) fez circular pela fábrica um documento, onde os empregados, mediante ameaça de dispensa, eram obrigados a assinar, abrindo mão de seus direitos, concordando apenas com um aumento de 10%. (FSP - 01/12/81)

CONSTRUÇÃO CIVIL INTERROMPE GREVE NO ES

A greve da construção civil no Espírito Santo, que paralisou 43 mil operários na Capital e em cinco municípios, terminou ontem, quando patrões e empregados chegaram a um acordo no Tribunal Regional do Trabalho, no Rio. Também foi assinado um compromisso provisório, com a proposta que havia sido recusada em Vitória pelo sindicato patronal. A proposta estabelece a volta dos trabalhadores aos canteiros de obras com a concessão de 5,7% de produtividade, pagamento dos dias parados com a greve, estabilidade para a comissão de salário e o compromisso de assinatura do acordo definitivo no prazo máximo de 10 dias. A volta ao trabalho ontem não foi total, porque a informação da assinatura do acordo chegou muito tarde ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, sem dar tempo para que as lideranças desfizessem os piquetes de greve nos bairros e nas obras. A situação só se normalizará hoje, porque o sindicato está divulgando a notícia. (JB - 04/12/81)

IGREJA

IGREJA ACHA MORADIA MAIS IMPORTANTE QUE PROPRIEDADE

O 1º Seminário sobre o Solo Urbano, promovido pela Comissão Nacional de Justiça e Paz, discutiu o problema a partir do conceito de que "o direito de moradia se coloca acima do direito de propriedade", e apresentou uma série de subsídios para a assembléia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem o solo urbano como tema. Entre algumas das recomendações deste seminário, realizado mês passado em Recife, consta que a Igreja deve desenvolver soluções inovadoras quanto ao uso social de suas terras. Concluíram os 100 participantes que a superação do problema do solo urbano, e da moradia para as comunidades carentes, "só se dará com a superação de todo o quadro de desigualdades e injusti

ças que caracteriza o nosso país, hoje, e com real e efetiva democratização de toda a sociedade". A Comissão Nacional de Justiça e Paz, no documento-resumo do seminário, sugere como medidas jurídicas relacionadas com a regularização das moradias que ocorra transferência das terras públicas dominicais (consistem no patrimônio da União, dos Estados e Municípios) para famílias carentes, especialmente através de empresas públicas. As entidades civis gerenciadoras ou entidades públicas (como as COAHBs), separando o direito de propriedade do direito de uso, devem ceder as terras em comodato para comunidades carentes, a fim de evitar a especulação imobiliária. Os 14 advogados da Comissão Nacional de Justiça e Paz que participaram do seminário, acreditam que deve haver modificação do regime jurídico das terras públicas, especialmente das terras da Marinha: "É preciso reforçar, ampliar e reconhecer oficialmente a capacidade jurídica das associações de moradores e assegurar o direito de inquilinos em posses urbanas". (JB - 05/12/81)

(APA PEDE A PADRES E LAICOS QUE EVITEM POLÍTICA

O Vaticano aconselhou os padres e laicos a evitarem a política, para se concentrarem mais na religião, porque a Igreja Católica não é uma instituição parlamentar, mas uma entidade cujo objetivo é de "natureza religiosa, não política, técnica ou econômica", segundo documento de 52 páginas divulgado pelo Conselho Pontifício para os Laicos. Se a função sacerdotal se transformar num papel de simples predominância social na Igreja, afirma o documento, "o ministério degeneraria em funcionalismo de culto e trairia o modelo bíblico de ministério: o do pastor que dá todo o coração ao seu rebanho". Reconheceu, contudo, que os padres enfrentam "situações onde não existe justiça social". (JB - 04/12/81)

CANDIDATOS DISPUTAM APOIO DAS CEBs

Receber o apoio da Igreja através dos votos das Comunidades Eclesiais de Base, forte reduto eleitoral na Capital pernambucana e área metropolitana do Recife, é o que estão tentando sete candidatos a deputado estadual e federal, dos quais seis do PMDB e um do PT, apesar de faltar, ainda, quase um ano para as próximas eleições. A grande disputa já começou de fato e se vem verificando, principalmente nas áreas periféricas da cidade, mas nenhum dos sete nomes pode ser apontado como um candidato da Igreja, isto é, eles não têm identificação com o trabalho que ela realiza. Assim, os sete candidatos deverão trabalhar muito junto às CEBs para sensibilizá-las, mas, ao mesmo tempo disputarão entre si os votos e se não tiverem tato dividirão as Comunidades, sem que consigam o apoio real da Igreja que até agora, apesar da longa lista de candidatos que se dizem seus representantes, não tem um candidato que realmente a represente. (JB - 06/12/81)

CARTILHA SÓ APRESENTA O PROGRAMA DOS PARTIDOS

A Cartilha de Educação Política da Regional Sul-3 da CNBB foi divulgada ontem em Porto Alegre, apresentando como característica original, segundo explicações do bispo-auxiliar dom Urbano Allgayer, "a estrita imparcialidade e o fato de termos penetrado um pouco nos programas dos partidos". O cardeal Vicente Scherer até o início da noite não tinha recebido o documento, mas esclareceu que colaborou em sua revisão e que houve a preocupação de "retirar qualquer parcialidade do texto". Essa cartilha, na verdade, é apresentada em forma de roteiro para discussões de grupos em oito encontros que deverão ser promovidos até a realização das eleições, e é explicada da seguinte forma por dom Urbano, em sua apresentação: "É uma proposta de reflexão pastoral sobre política, ao nível do povo da terra açulha. Este subsídio só coloca proposições su-

tarefa dos próprios grupos, que o tomarem como base de estudo. É claro que esta publicação não assume nenhuma linha político-partidária: coloca a origem dos partidos, parte de seus conteúdos programáticos, sem emitir juízos de valor sobre qualquer uma das agremiações partidárias." (ESP - 04/12/81)

CRITICADO O MARXISMO NA IGREJA

Preocupado com a orientação distorcida que está sendo seguida por alguns padres, e por "certa literatura eclesial", mais identificada com "chavões de propaganda das teorias de Marx e Engels" do que com o "espírito de Cristo", o cardeal Vicente Scherer, que ao longo dos últimos 34 anos, à frente da Arquidiocese de Porto Alegre, tem insistido em que é necessário que a Igreja se preocupe prioritariamente com a evangelização e sem qualquer discriminação entre seus fiéis, escolheu o tema "Rumos e Desvios" para sua última alocução no programa radiofônico A Voz do Pastor, no qual repetiu, o apelo que mais tem lembrado nos últimos anos: a opção preferencial pelos pobres não exclui os que se encontram em melhor situação e "a Igreja não se define, segundo querem e proclamam certos pseudo-reformistas da teologia e do Cristianismo, como "o povo que se liberta", ou organiza para a libertação em sentido econômico, político e social. Formamos uma Igreja de finalidade essencialmente transcendente, de ordem religiosa e educacional". Dom Vicente, no próximo domingo deixará, a seu próprio pedido, a Arquidiocese de Porto Alegre, por já estar com 78 anos, devendo ser substituído pelo bispo de Passo Fundo, com Cláudio Colling. (ESP - 01/12/81)

POLÍTICA NACIONAL

FIGUEIREDO CONVOCA CONGRESSO E PROMETE "OUTRAS COISAS"

O Congresso foi convocado extraordinariamente pelo Presidente João Figueiredo para o período de 6 de dezembro à 15 de janeiro para votar o pacote eleitoral, a Lei das Inelegibilidades, a criação do Estado de Rondônia, a abertura de créditos suplementares, mensagens sobre empréstimos a Estados e municípios e a indicação de embaixadores. Em entrevista à revista argentina *Vision*, o Presidente João Figueiredo reafirmou que a democratização do país continua sendo o objetivo número um do seu Governo e que não se afastará desse caminho quaisquer que sejam as dificuldades que venha a enfrentar. Ao Deputado Inocêncio Oliveira (PDS-PE) Figueiredo revelou que dependendo do desdobramento das reformas eleitorais "poderão vir outras coisas". (JB - 04/12/81)

"PACOTE" UNE PDS E "EMBRULHA" OPOSIÇÃO

O pacote eleitoral, antes mesmo de aprovado, está produzindo os resultados pretendidos pelo Palácio do Planalto: enquanto o PDS reúne hoje o Diretório Nacional para fechar a questão, selando a unidade interna, a Oposição se desagrega. As lideranças do PMDB no Senado e na Câmara brigam para decidir a participação do Partido na Comissão Mista que dará parecer no projeto de reforma. Na véspera, a Oposição resolvera, em conjunto, participar da Comissão Mista como uma forma de luta. O Senador Marcos Freire defendeu a participação contra a linha de abstenção sustentada pelo Deputado Odacir Klein. (JB - 05/12/81)

o PDS, por sua vez, FECHA QUESTÃO em TORNO DO "PACOTE".

O Diretório Nacional do PDS, reunido ontem em Brasília, fechou questão em torno das mensagens presidenciais da reforma eleitoral, da nova Lei das Inelegibilidades e da transformação do território de Rondônia em Estado. Assim, o deputado ou senador que, neste caso, deixar de votar com a orientação da liderança, perderá o mandato, por iniciativa do partido, junto à Justiça Eleitoral. (ESP 06/12/81)

... OPOSIÇÃO ANUNCIA MOBILIZAÇÃO NACIONAL PARA TENTAR DERRUBÁ-LO

As oposições resolveram adiar a discussão sobre a fusão, depois de duas horas de reunião entre os seus principais dirigentes. O PP mostrou-se favorável à tese, mas o PMDB só aceita examiná-la em conjunto com os demais Partidos. O PDT e o PTB não apoiam a idéia no momento e o PT prefere continuar com sua identidade própria. Os Partidos oposicionistas repudiaram o pacote eleitoral e anunciaram uma mobilização nacional para tentar derrubá-lo no Congresso. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou: "Consumou-se a violência. O monstro teve agora a forma jurídica" (JB 01/12/81)

SOBRE O PACOTE ELEITORAL...

(As eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador serão realizadas simultaneamente, em todo o país, no dia 15 de novembro de 1982. Esta é a principal novidade do novo pacote eleitoral encaminhado ontem ao Congresso, anunciado há uma semana pelo Presidente João Figueiredo. Os parlamentares terão agora 40 dias para deliberar sobre a matéria, antes de sua aprovação por decurso de prazo. A tendência do Palácio do Planalto é de convocar o Congresso durante o recesso. Os principais pontos são: Os Partidos terão, obrigatoriamente, que apresentar chapas completas às eleições estaduais (governador, vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais) e municipais (prefeito, vice-prefeito e vereadores), respectivamente. O eleitor só poderá votar em candidatos do mesmo Partido, sob pena de ter o seu voto anulado. No município em que não disputar as eleições de prefeito e vereadores, por falta de diretórios organizados ou de filiados em número suficiente à realização da convenção para a escolha dos candidatos, o Partido poderá concorrer às eleições estaduais. (JB 01/12/81)

UTRAS

FIGUEIREDO: O SOCIAL DEPOIS DO ECONÔMICO

Ao receber ontem uma comissão de 20 presidentes de federações de trabalhadores de São Paulo, o presidente Figueiredo afirmou que "somente depois de resolver os problemas econômicos é que poderemos achar soluções para os problemas sociais". Os dirigentes classistas foram entregados uma análise e apresentar sugestões para resolver alguns problemas oriundos da crise econômica. Argeu Egídio dos Santos, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, lamentou que o presidente da República não tenha debatido com a comissão os problemas atuais. "Nós já estamos cansados de deixar documentos com autoridades e nunca se chegar a nada", disse. (FSP 04/12/81).

IGREJA PREOCUPADA COM A "POLÍTICA" NO TRABALHO PASTORAL DOS PADRES

Um documento publicado pelo Pontifício Conselho para os Leigos exorta os sacerdotes que trabalham com organizações leigas a evitar a politização e a manter sua identidade e sua missão estritamente sacerdotais. O documento, intitulado "Os sacerdotes nas associações de fiéis; identidade e missão", traz a data de 4 de agosto, dia de São João Maria Vianney, o cura de Ars, padroeiro dos padres, e está assinado pelo cardeal Opilio Rossi presidente do Conselho. O documento, apresentado aos jornalistas pelo vice-presidente do Conselho, dom Josef Cordes, tem 52 páginas. Segundo o documento, a responsabilidade particular do sacerdote é promover a unidade no seio das associações leigas e evitar a politização, que pode transformar-se num fator de desunião. O documento destaca que a comunidade cristã se caracteriza pela unidade. As divisões, os grupos de oposição provam que a comunidade, no íntimo de si mesma, não vive enraizada em Cristo. O documento explica que "a construção interna da Igreja não se realiza segundo os métodos do sistema parlamentar. Este é um fato que não se deve esquecer, muito embora o modelo democrático nos possa ensinar alguma coisa para melhorar a vida interna da Igreja". Se os membros das comunidades eclesiais, reunidos em associações, se considerassem como grupos de interesse de tipo parlamentar, de acordo com o modelo dos partidos políticos, seriam levados a entender sua vida eclesial sob o ângulo do poder temporal. Em consequência, não seriam orientados pelas realidades espirituais da Igreja e dos sacramentos, mas pelas teorias filosóficas modernas a respeito do Estado, que estabelecem a razão como critério único e como única autoridade capaz de decidir". O documento lembra a frase do papa João Paulo II aos assistentes eclesiais das organizações católicas internacionais, no dia 13 de dezembro de 1979: "Não vos deixeis iludir: A Igreja vos quer como sacerdotes e os leigos vos querem também, pura e simplesmente, como sacerdotes", que devem manter sua tríplice dimensão de mestres, sacerdotes e pastores. O padre tem a missão oficial de realizar, com a palavra e com a ação, a salvação em Jesus Cristo. Nisto reside o poder específico do sacerdote da vida pública da Igreja: anunciar o Evangelho e administrar os sacramentos. Ele deve seguir as orientações do Concílio Vaticano II, evitando que as associações de leigos sejam levadas "por qualquer vento de doutrina", inspirada na mentalidade mundana". Além de "artífice da unidade", o padre deverá ser o educador na fé, o verdadeiro apóstolo de Jesus Cristo, o animador espiritual que transmite o Evangelho, testemunha viva da realidade absoluta de Deus. (ESP - 04/12/81)